

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

OBJETO

A presente contratação tem por finalidade o **Registro de Preços** para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar no exercício de 2026, visando atender às modalidades Pré-Escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Creche, no âmbito da rede pública municipal de ensino.

A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o Sistema de Registro de Preços, conforme arts. 82 e seguintes da mesma Lei. A medida visa assegurar a continuidade do fornecimento alimentar durante todo o calendário letivo, permitindo aquisições parceladas conforme a demanda das unidades escolares, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com as políticas públicas municipais de segurança alimentar e nutricional.

1. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA

1.1 Fundamentação Técnica

A aquisição dos gêneros alimentícios revela-se imprescindível para garantir a execução regular da política pública de alimentação escolar, instrumento essencial à promoção da segurança alimentar e nutricional dos estudantes e ao cumprimento das obrigações constitucionais do ente municipal.

Nos termos do art. 208, VII, da Constituição Federal, a alimentação escolar constitui dever do Estado, integrando o conjunto de ações estruturantes da política educacional.

A contratação visa assegurar:

- Atendimento nutricional adequado às faixas etárias atendidas;
- Melhoria do rendimento escolar;
- Redução da evasão;
- Desenvolvimento físico e cognitivo dos alunos;
- Cumprimento das diretrizes técnicas do PNAE.

Os gêneros alimentícios a serem adquiridos abrangem produtos perecíveis e não perecíveis, observando:

- Cardápios elaborados por nutricionista responsável técnico;
- Padrões sanitários estabelecidos pela legislação vigente;

- Especificações técnicas adequadas;
- Controle de qualidade e validade;
- Logística compatível com a rede municipal de ensino.

1.2 Fundamentação Econômica

A pesquisa de preços foi realizada com a finalidade de definir o valor estimado da contratação, conforme exigido pelos arts. 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021.

Foram observados os seguintes critérios:

- Valores atualizados e compatíveis com o mercado regional;
- Análise de contratações similares;
- Verificação da viabilidade econômica;
- Coerência entre propostas apresentadas.

Inicialmente, foram consultadas bases públicas de preços. Entretanto, constatou-se que determinadas referências não refletiam com precisão a realidade local, considerando:

- Custos logísticos regionais;
- Variações de frete;
- Disponibilidade de fornecedores;
- Particularidades tributárias.

Diante disso, procedeu-se à complementação da pesquisa mediante cotações formais com fornecedores locais e regionais, assegurando maior aderência à realidade mercadológica do Município.

A metodologia adotada observou os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e planejamento, garantindo que o valor estimado seja compatível com o interesse público.

2. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, mediante especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, inciso XLI, da referida Lei.

Será adotado o Sistema de Registro de Preços, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, considerando:

- A necessidade de fornecimento parcelado ao longo do exercício de 2026;
- A variação da demanda conforme calendário escolar e número de alunos atendidos;
- A impossibilidade de definição exata das quantidades mensais;
- A otimização da gestão orçamentária e logística da Administração.

A escolha da modalidade encontra-se devidamente motivada nos autos, observando-se:

- Estimativa prévia de preços (arts. 18 e 23);
- Estudo Técnico Preliminar, quando exigível;
- Termo de Referência com definição clara do objeto;
- Previsão orçamentária;
- Observância aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência;
- Publicidade e transparência do certame.

O procedimento adotado atende integralmente aos requisitos formais e materiais da Lei nº 14.133/2021, assegurando ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3. CONSULTA A FORNECEDORES

Foram formalmente consultadas empresas que atuam no fornecimento de gêneros alimentícios, com envio de solicitação de orçamento contendo especificações claras e detalhadas.

As empresas que apresentaram propostas válidas foram:

- C. LEITE RIBEIRO LTDA.
- A.C. CARVALHO REZENDE LTDA.
- NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÃO TECNOLÓGICAS LTDA.
- FRIOSUL ALIMENTOS FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE LTDA.
- Cumarú do Norte: <https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/licitacoes/ficha/4237436#documentos>
- N W ATACADISTA LTDA.

Outras empresas também foram contatadas, porém não apresentaram proposta no prazo estipulado.

Todos os registros encontram-se devidamente documentados no processo administrativo, assegurando:

- Rastreabilidade;
- Transparência;
- Controle;
- auditabilidade.



4. CONFORMIDADE COM A IN SEGES/ME Nº 65/2021

A pesquisa de preços observou o art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, especialmente quanto:

- À obtenção de cotações formais;
- À validade temporal das propostas (inferior a seis meses);
- À identificação completa das empresas;
- À descrição detalhada dos itens;
- Ao registro dos fornecedores não respondentes.

Ainda que eventualmente algum item conte com número reduzido de cotações válidas, o §1º do art. 5º admite tal hipótese, desde que devidamente justificada — o que foi formalmente realizado nos autos.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, observando-se, especialmente, os seguintes dispositivos:

- **Art. 5º** – princípios que regem as contratações públicas, notadamente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, competitividade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável;
- **Art. 6º, inciso XLI** – definição da modalidade pregão para aquisição de bens e serviços comuns, caracterizados por padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital;
- **Art. 11** – dever de planejamento da Administração Pública, materializado por meio do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e estimativa prévia da despesa;
- **Art. 18** – obrigatoriedade de estimativa do valor da contratação, fundamentada em pesquisa de preços idônea e compatível com o mercado;
- **Art. 23** – critérios e parâmetros para definição do valor estimado da contratação;
- **Art. 28, inciso I** – previsão da modalidade Pregão para aquisição de bens comuns;
- **Arts. 82 a 86** – disciplina do Sistema de Registro de Preços, aplicável quando conveniente a aquisição parcelada, conforme demanda da Administração;
- **Art. 40** – exigência de definição precisa do objeto, vedadas especificações excessivas ou restritivas à competitividade.

A escolha do Pregão Eletrônico revela-se juridicamente adequada por se tratar de aquisição de bens comuns, com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, permitindo disputa objetiva entre fornecedores.

A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra fundamento na necessidade de fornecimento parcelado ao longo do exercício, com variação quantitativa decorrente do calendário escolar e da dinâmica da rede municipal de ensino, assegurando maior eficiência administrativa e racionalização da gestão orçamentária.

O procedimento observa, ainda:

- O princípio da competitividade, ao promover ampla participação de interessados;
- O princípio da economicidade, ao buscar a proposta mais vantajosa;
- O princípio da motivação, mediante justificativa técnica expressa nos autos;
- O princípio do planejamento, diante da previsão anual da demanda;
- O princípio da transparência e publicidade, por meio da realização do certame em ambiente eletrônico;
- O princípio da segurança jurídica, com observância estrita aos requisitos formais e materiais da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação encontra-se plenamente amparada no ordenamento jurídico vigente, demonstrando adequação normativa, técnica e administrativa, com estrita observância ao regime jurídico das contratações públicas.

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que:

- A necessidade da contratação está devidamente demonstrada;
- A hipótese legal de dispensa encontra-se caracterizada;
- A pesquisa de preços foi regularmente realizada;
- O valor estimado é compatível com o mercado;
- O procedimento atende aos requisitos formais e materiais da Lei nº 14.133/2021.

Assim, a contratação direta por dispensa mostra-se juridicamente possível, tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, estando apta a prosseguir para formalização contratual.

Rio Maria- Pará, 12 de fevereiro de 2026.

ANTONIO FIRMINO DE SOUZA JUNIOR:04486600240
Assinado de forma digital por ANTONIO FIRMINO DE SOUZA JUNIOR:04486600240
Antônio Firmino de Souza Junior

Pesquisa mercadológicas